



CMI
CONSELHO MUNICIPAL DE
MIGRANTES
DE SÃO PAULO

16 de Agosto de 2022
15h00- 18h00
Reunião Presencial
Auditorio Subprefeitura da Sé

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMI

Presença de membros da sociedade civil

Titulares		Suplentes	
Presença América Latina- PAL - Representante: Mónica Rodriguez Ulo	X	União Malinesa em São Paulo do Brasil - UMSPB - Representante: Assa Dite Aichata Sidibe	
PDMIG - África do Coração- Representante: Mónica Vani Vieira da Silva		Equipe de Base Warmis – Convergência das Culturas - Representante: Beatriz Morales Barroso	
Associação Senegalesa De São Paulo Brasil - Representante: Diack Samba		Centro de Estudos e Cultura da Guiné - Representante: Aboubarcar Sidibé	
CAMI - Representante: Shindany Kumbi Claudine	X	Associação Impacto Saúde - Representante: Sonia Flores Mamani	X
Missão Paz - Representante: Leticia Carvalho	X	Associação Comunitária São Mateus –ASCOM - Representante: Jeferson Deivid da Silva	
Yoo Na Kim		Cheikhou Cissé	
Hortense Mbuyi Mwanza	X	Teresa Adão João Sebastião	
		Frida Córdova	

Presença de membros do poder público:

Titulares		Suplentes	
SMDHC – Titular: Bryan Rodas	X	SMDHC – Suplente:	
SMUB – Titular: Rosimeire da Silva Lopes		SMUB – Suplente: Luana Nascimento dos Santos	
SMC – Titular: Claudio Aguiar Almeida	X	SMC – Suplente: Egly Meyer Alves	X
SMDE – Titular: Cleia Maria Ferreira Lima		SMDE – Suplente: Claudete Dias Silva	

SMADS – Titular:		SMADS – Suplente:	
SME – Titular: Carolinne Mendes Da Silva		SME – Suplente: Gláucia Cristine Silva Burckler	
SEHAB – Titular: Vania Cristiane Flores Salinas		SEHAB – Suplente: Patrícia Maria	
SMS – Titular: Lucia Helena da Silva		SMS – Suplente: Érika Gimenes Ruiz Barbosa Porto Rinaldi	

Participantes e observadores: Ana León (SMDHC), Mariana Braga (DPU), Karl Albert Diniz de Souza (USP Diversitas), Ismane Desrosiers (USP/Visitante), Bruna Iglesias Oliveira (SMDHC), Bárbara Mariano Vicente (SMDHC), Isabella Soares dos Santos (SMDHC), Benjamin Soto (Associação H. Batista), Victor Albuquerque F. de Silva (Cáritas), William Torres Laureano (ACNURO, Brenda Mora Gonzales (CDHIC), Aline Santos M. Silva (CTA 13/Diasporas Africanas), Nives Ybana Ramirez (Coletivo Bolívia Solidária), Wilbert Rivas (OIM), Jean Katumba (PDMIG), Carla Mustafa (Comissão DDHH/Núcleo de migrantes/OAB).

Pautas:

- **Monitoramento de membros no CMI:** processo de monitoramento de presença de conselheiros.
- **Diálogo sobre participação social e encaminhamentos:** Socialização dos resultados do evento do dia 30/07 e propostas para implementar.
- **Apoio financeiro Transporte reunião Conselheiros/as** (pauta levantada pela Conselheira Monica e aprovada pelo plenário no dia)

Informes:

- **Eleição Interna do CMI:** Renovação de presidência e vice-presidência do CMI
- **Lançamento do Mapeamento Colaborativo:** Projeto da CPMIGTD para a visibilidade das iniciativas imigrantes e que atuam com a pop imigrante.
- **Semana de Trabalho e Renda:** Evento promovido pelo GT Migra.

Desenvolvimento da Reunião

Monitoramento de membros no CMI: processo de monitoramento de presença de conselheiros.

A presidenta abriu a reunião e solicitou a votação das pautas.

Ana: Solicitou incluir um informe sobre a confecção do crachá dos conselheiros.



Monica Rodriguez Ulo: mencionou sobre a eleição interna do CMI e foi esclarecido que o tema faz parte dos informes da reunião.

Não houve outras sugestões de pauta.

Hortense: iniciou a reunião com as pautas aprovadas às 14h16. Colocou a primeira pauta: Monitoramento de membros no CMI. Destacou que a pauta vem sendo recorrente. Colocou o caso do conselheiro Daniel e a situação dele ter comparecido poucas vezes, além de que ele pode se encontrar fora do Brasil mas não há certeza.

Ana: Ressaltou o disposto no regimento e o número de faltas nas reuniões de 2021 e 2022.

Hortense: sugere que foram feitas tentativas de contato e que não houve nenhum retorno, assim como o encaminhamento da última reunião do CMI de fazer o processo mais rápido e definir sobre a situação dele na reunião atual.

Monica Rodriguez Ulo: ressalta que não há nenhum retorno nem comparecimento do conselheiro e propõe não adiar a pauta.

Bárbara: Se apresentou enquanto coordenadora do departamento de participação social da SMDHC e reforçou a possibilidade de criação da comissão e o relatório.

Bryan: Endossou a proposta da Bárbara de criar a comissão e a elaboração de um relatório para facilitar a tomada de decisão.

Hortense: solicitou verificar o número de conselheiros presentes e contabilizou a presença de 7 representantes no momento da reunião (O Conselheiro Diack Samba chegou no meio da fala)

Bárbara: Sugeriu que pudesse se fazer uma reunião extraordinária.

Hortense: mencionou que esse debate vem desde fevereiro.

Ana: mencionou que semestralmente está se apresentando o relatório de faltas e que poderia se tomar uma decisão a partir do caso do segundo semestre de 2021 que foi discutido em várias ocasiões e criar a comissão para analisar os casos de 2022.

Monica: leu o artigo 32 do regimento interno em relação às faltas.

Bryan: falou que se pode tomar a decisão do caso de 2021 (Daniel) e criar a comissão a partir de agora para o acompanhamento em 2022 para que seja reportado na plenária as situações e assim tomar a decisão. Manifestou a preocupação da recorrência dessa pauta para não tornar as reuniões pouco frutíferas.

Letícia: Disse que o caso do Daniel é um caso superado e manifestou sua preocupação com

as ausências dos representantes do CMI.

William: reforça a proposta da criação da comissão pela necessidade de analisar os casos e que se tome a decisão em uma reunião específica.

Ana: retoma o que está no regimento e lê o inciso 2 do artigo 32 no qual indica que a exclusão deve ocorrer com a aprovação de voto de 2/3 (dois terços) dos/as seus/suas Conselheiros/as com direito a voto. Verificou-se que não há esse número (11) de conselheiros presentes.

Letícia: faz a sugestão de que a ata tenha o registro de que por falta do quorum haja uma deliberação do plenário com o número de conselheiros com direito ao voto presentes.

Barbara: reforça a proposta de constituir a comissão.

Hortense: perguntou ao plenário se alguém tem alguma sugestão. Disse considerar a sugestão de tomar a decisão específica da retirada do Daniel nessa plenária e de encaminhar a criação da comissão.

Se indica que a deliberação sobre a exclusão e perda do mandato de Daniel Kiala será feita com os representantes do CMI presentes com direito a voto:

Ana: confere os conselheiros com direito ao voto:

Monica Rodriguez Ulo, Bryan, Letícia, Diack, Matheus (novo conselheiro da SMADS), Claudio, Hortense. Total 7.

Houve consenso do total dos votantes.

Solicita manifestação das pessoas interessadas na criação da comissão que analisará os casos relativos de perda de mandato sendo que deverá ter, conforme o regimento, a presença de três conselheiros:

Se manifestaram: Bryan, Monica, Hortense, Karl (observador), Benjamin (observador).

Ana: se indica que serão enviados os documentos de levantamento sobre o monitoramento de presença e faltas.

Diálogo sobre participação social e encaminhamentos: Socialização dos resultados do evento do dia 30/07 e propostas para implementar.

Hortense: explicou o objetivo do evento realizado no dia 30/07 que foi construído na base Plano Municipal e que foi levantada a proposta pela atual gestão do CMI se aproximar ao



Conselho Participativo por estar mais próximo à população. Mencionou que foi feito um levantamento para identificar e convidar os conselheiros participativos imigrantes, se demonstrou que quase não havia imigrantes no conselho participativo.

Ana: confirmou que se identificaram 3 conselheiros imigrantes nesse órgão.

(Chegada Claudine às 15h57).

Hortense: colocou que o evento do sábado tinha o objetivo de sensibilizar e mobilizar os imigrantes para colocar as demandas.

Ana: indicou que o levantamento foi feito pelo sistema SEI e que os resultados foram encaminhados por email para os conselheiros. Em relação ao evento, disse que será elaborado um relatório com as propostas dos participantes enviadas para o CMI.

Hortense: explicou que essa ação do CMI em prol do Plano Municipal que vai até 2024 e a gestão do CMI até 2023.

Ana: fez a leitura das pessoas inscritas para falar no evento:

- Incômodo em relação à demanda de ampliação dos canais de comunicação para aumentar a participação política do imigrante nos Conselhos Participativos;
- Necessidade de aproximar as pessoas comuns a, por exemplo, a presidenta do Conselho Municipal a fim de obter melhores canais de diálogo entre todas as esferas;
- As questões burocráticas como entraves para a regulação migratória e de ouvirem as sugestões dos imigrantes sobre a burocracia;
- Imigrantes que não apenas se candidatem, mas que sejam agentes participativos de suas comunidades, que conheçam os problemas locais;
- Destaques positivos da política migratória no Brasil, mas a existência de alguns de seus limites em São Paulo, sobretudo em relação ao orçamento paulista e do abandono às associações imigrantes;
- experiência de um migrante por nunca ter sido integrado à sociedade paulista;
- Falta de incentivo à participação dos imigrantes aos eventos e a ausência de meios comunicacionais para democratizar seu acesso a eles;
- Importância dos cursos de língua portuguesa para imigrantes e das discussões internas sobre naturalizar-se ou não, a fim de garantir direitos como cidadãos brasileiros;
- Socialização da iniciativa da sociedade civil (Educação Sem Fronteiras) que oferece para os imigrantes orientação que desejam se naturalizar. Além disso, destacou que algumas instituições de ensino superior oferecem vagas para imigrantes, refugiados e apátridas e que muitas vezes essas vagas não são preenchidas por motivos como falta de documentação, informação ou comunicação.

- Questões de segurança pública e dos perigos aos imigrantes em São Paulo e para a necessidade de fortalecer a comunicação com objetivo de democratizar as informações e de aumentar as participações em eventos, no Conselho, nas políticas públicas, etc.
- Se alertou para a questão da violência, sobretudo a dispensada à mulher imigrante.

A conselheira Letícia leu sobre as propostas encaminhadas para o CMI:

- Promover sessões informativas aos servidores/as que trabalham nas subprefeituras a respeito da documentação de imigrantes, não apenas para candidatura aos Conselhos, mas também para votação ou qualquer atendimento.
- Proposta de votação: como são 3 votos por pessoa, 1º voto que seja candidato da região; 3º voto que seja para duas regiões.
- Que os filhos de imigrantes possam votar;
- Que se crie uma rede de informação. Exemplo: as rádios cobram sim, mas que se eduque as rádios para que transmitam de forma solidária.
- Visitas nas ocupações de imigrantes;
- Curso de formação política e cidadania (pode ser feito em parceria com o centro de estudos migratórios da Missão Paz como foi feito anteriormente);
- Criar Comissões dentro do CMI com ações de curto/médio/longo prazo;
- Utilizar rádio web migrantes para divulgar notícias.
- CMI trabalhar em parceria com outros conselhos. Ex.: Comusan para unir forças;
- Canal de denúncia de violência;
- Fortalecer e focar nas políticas de moradia;
- Promover e ampliar espaços regulares de escuta nos bairros, utilizando equipamentos urbanos locais, como escolas, igrejas, centros comunitários, centros culturais, etc. Fazer um exercício de busca ativa e não somente esperar o migrante procurar o Conselho;
- Procurar parcerias com universidades e centros de pesquisa para auxiliar na coleta de informações de dados e outras questões que possam ampliar e organizar as demandas dos migrantes nos bairros;
- Identificar lugares de forte presença de migrantes para reconhecer espaços culturais, de organização política, de cuidados que são informais e viabilizar mecanismos de regularização e fomento para a manutenção de atividades;
- Trabalhar em um projeto de comunicação de migrações com mídias já estabelecidas;
- Incentivar espaços para diálogos com coletivos de imigrantes periodicamente (como o de hoje);
- Socializar os níveis de participação dos imigrantes;
- Ampliar os meios de comunicação, especialmente dentro dos comunicadores ou influencers digitais dentro de cada comunidade. Divulgação dos direitos, deveres e



obrigações via estes comunicadores. Ampliação de cursos, palestras dentro de cada comunidade;

Claudine e Karl: indicaram que não receberam o convite nem a informação enviada.

Hortense: mencionou sugeriu que as propostas sejam analisadas através do grupo de trabalho de monitoramento.

William: manifestou interesse em participar do GT.

Hortense: falou sobre o processo das oficinas e do relatório de monitoramento das ações.

Bryan: esclareceu que o GT se reuniu e que o relatório de monitoramento está para ser enviado ao GT.

Ana: sugeriu como encaminhamento enviar o relatório do evento do dia 30/07 para análise do GT e sobre o relatório de monitoramento do plano (ano 2021). Fez a sugestão de que o GT Monitoramento também incluísse como pauta dialogar sobre o monitoramento desse ano.

Hortense: indicou colocar no grupo de Whatsapp e convocar a reunião.

Wilbert: indicou que se coloque alguém da OIM.

Claudine: disse ter interesse em participar do GT mas irá confirmar.

Foi discutido sobre a forma de abordar as propostas colocadas no encontro do dia 30/07 e o papel do conselho participativo, esclarecendo que as propostas são atribuídas para diferentes órgãos.

Apoio financeiro Transporte reunião Conselheiros/as

Monica Rodriguez Ulo: reforçou o que está registrado no artigo 8º do regimento interno e no parágrafo único sobre a função de membro do Conselho e a opção de auxílio financeiro para o transporte. Comentou que é uma necessidade para os representantes que moram em regiões afastadas e não podem participar por conta do custo da passagem. Perguntou como poderia se tratar esse tema.

Ana: Destacou que o tema foi importante na gestão passada e por tanto foi criado um grupo de trabalho para incluir isso no regimento interno, porém, depois veio a pandemia e as reuniões do CMI se tornaram online. Enquanto secretária executiva, propôs realizar um ofício apresentando essa demanda para a Coordenação de Políticas para Imigrantes e pedir apoio para o departamento de participação social.

Bárbara: se colocou à disposição para fazer a consulta interna e ver as tratativas para atender essa demanda e apresentar na próxima reunião um retorno sobre esse tema.

Bryan: Sugere que a presidenta encaminhe a demanda e a coordenação e a coordenação encaminhar conjuntamente a solicitação.

Hortense: sugeriu que a secretaria executiva faça a minuta do ofício.

Karl: mencionou^f que as despesas recorrentes vão além do transporte e considerar outras necessidades dos conselheiros.

Jean: sugeriu que se incluísse também o café, lanche e água para as reuniões.

Hortense: destacou que não se trata só de transporte mas outras questões, assim como colocou que ainda será preciso entender como isso virá a ser efetivado, seja por cartão de transporte ou não.

Bárbara: comentou que o setor responsável da secretaria se chama CAF e é quem poderá dizer como essa verba será liberada.

Hortense: ressaltou que os conselheiros indiquem e deixem claro que querem pedir.

Foi realizada uma discussão sobre o tema do transporte, a possibilidade de transporte para representantes na categoria “pessoa física” e as categorias “organizações”, sobre proposta e demanda requerida para a atualização do regimento interno.

Também foi colocado o papel do conselho participativo e das formas de trabalho articulado com a proposta de promover outros diálogos sociais junto aos conselhos participativos.

Encaminhamento: ofício solicitando auxílio transporte, entender possibilidade de orçamento para coffee break, entender se há orçamento para mais itens.

Ana: informou que os crachás dos conselheiros vai ser solicitado através de um formulário google pedindo: 1) nome, 2) foto, 3) se é suplente ou titular. Disse que é possível trazer os crachás já na próxima reunião, caso as/os conselheiras/os, caso as fotos e os dados sejam enviadas com antecedência.

Bryan: Apresentou as novas conselheiras da SMADS, Matheus e Marcella. Também é apresentada a nova assessora da CPMigTD, Núria Margarit Carbassa.

Hortense: solicitou para apresentar os assessores e assessoras da Coordenação.

Foram apresentados os membros da equipe da coordenação e a distribuição de projetos. Se sugeriu se pode ser divulgado para o CMI quando houver vagas e foi reforçado que no site da prefeitura se encontra a informação dos projetos da CPMIGTD.

Eleição Interna do CMI: Renovação de presidência e vice-presidência do CMI

Ana: explicou que pelo Artº 7 e o artº 9 § 6º do regimento interno sobre a eleição da presidência e vice-presidência e que segundo o RI se precisa notificar com um mês de antecedência. Devido ao cronograma, a eleição interna deveria ocorrer em setembro/2022. Informou que a presidência será do Poder Público e a vice-presidência será uma das conselheiras migrantes. Pede para as/os interessadas/os encaminharem as candidaturas.

Mônica Rodriguez Ulo: expressou interesse em se candidatar para a vice-presidência. Colocou que a Hortense teve pouco tempo de presidência.

Ana: esclareceu que Hortense teve 1 ano de presidência.

Jean: propôs que o mandato no conselho seja de 4 anos, pois opinou que 2 anos não dá tempo para a pessoa se apropriar das funções.

Ana: indicou que é geral que os mandatos dos outros conselhos sejam de 2 anos.

Jean: reforçou que o CMI é bem específico porque é de imigrantes.

Mônica Silva: endossou a fala de Jean.

Ana: colocou a criação de GT como procedimento e pontuou que conselheiros atuais foram eleitos tendo ciência do regimento atual.

Jean: concordou, mas sugeriu que CMI tem poder para mudar o regimento.

Letícia: relatou que no mandato passado instituiu-se o GT para mudar o regimento e nesse processo incluiu-se a figura da vice-presidência. Para a próxima eleição, não daria tempo de mudar o regimento, mas concorda que se o regimento não contemplar, deveria ser instituído. Destacou que para isso precisa de pessoas que consigam ter a disponibilidade de fazer esse trabalho, e a falta disso é um desafio atual do Conselho.

Jean: disse que é preciso de muito tempo e trabalho para mudar o regimento, então poderiam se procurar outros caminhos.

Karl: citou o artigo referente à mudança de regimento (art. 26 e 27).

Foi realizada a discussão em torno da proposta de mudança do regimento interno, levantando questionamentos sobre o direito ao voto e os suplentes.

Encaminhamento: consulta jurídica para esclarecimento de interpretação de artigos e reunião extraordinária para dia 23/08 com a pauta para propor as bases do ofício para a

assessoria jurídica.

A reunião foi encerrada.

Encaminhamento:

- Comissão de monitoramento presença conselheiros CMI: Bryan, Monica, Hortense, Karl (Observador), Benjamin (Observador)
- Inclusão de membros do GT Monitoramento: Claudine (Cami), William (ACNUR), Leticia (Missão Paz), Representante da OIM a definir.
- Elaboração de ofício solicitando auxílio transporte, entender possibilidade de orçamento para coffee break, entender se há orçamento para mais itens.
- Convocação reunião extraordinária 23 de agosto de 2022 às 16h30 para propor as bases do ofício para a assessoria jurídica.